



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

As condições que permitiram a emergência dos discursos ambientalistas no Brasil

Rubênia Pereira Magalhaes¹

Luiz Artur dos Santos Cestari²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo propor uma discussão sobre as condições que possibilitaram a emergência da educação ambiental no Brasil, a partir das reivindicações dos movimentos sociais. O interesse na temática surgiu porque, nos últimos tempos temos visto emergir no campo educacional brasileiro, diversas pesquisas que abordam a história da temática “Ambiental” desvinculada dos **movimentos ambientalistas**, e muitos desses trabalhos apresentam a história ambiental, apenas, tomando como base as Conferências, deixando de mencionar sobre a participação e contribuição da sociedade civil através de envolvimento nos movimentos sociais. Assim, abordaremos o modo como o discurso da educação ambiental emerge no seio dos movimentos sociais e, passa a ser o discurso oficial dos nossos governantes.

Palavras - chave: Educação Ambiental. Movimentos Sociais. Movimentos Ambientalistas.

The conditions that allowed the emergence of environmental discourse in Brazil

Abstract: This paper aims to propose a discussion of the conditions that allowed the emergence of environmental education in Brazil, from the claims of social movements. The interest in the subject arose because, in recent times we have seen emerge in the Brazilian educational field, various researches on the history of the theme "Environmental" disconnected from the environmental movement, and many of these works present environmental history, only, based on the Conferences, neglecting to mention about the participation and contribution of civil society through involvement in social movements. Thus, we discuss how the discourse of environmental education emerges among social movements and becomes the official discourse of our rulers.

Keywords: Environmental Education. Social Movements. Environmental Movements.

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela UESB. CEP 45700-000, Itapetinga-Bahia, Brasil. Grupo de pesquisa sobre a circulação de ideias pedagógicas no pensamento pedagógico brasileiro recente. CIPED/UESB. E-mail: rubeniapereira@hotmail.com

² Pós Doutorado pela UFBA. Doutor em Educação pela UFPE. Docente do PPGCA/UESB. CEP 45700-000, Itapetinga-Bahia, Brasi. Grupo de pesquisa sobre a circulação de ideias pedagógicas no pensamento pedagógico brasileiro recente. CIPED/UESB. Email: . lacestari@hotmail.com

Introdução

A formação discursiva em torno do conceito da Educação Ambiental no Brasil, iniciou a partir da década de 1970, contexto em que o mundo presenciou alguns acontecimentos que contribuíram para uma tomada de consciência, podemos citar como exemplo, a crise do petróleo, o resultado do relatório de Meadows, o capitalismo descrito como desorganizado, entre outros. Esses acontecimentos favoreceram para uma mudança na prática, tanto de nossos governantes quanto de nossa sociedade.

Em 1970, a prática discursiva de nossos governantes se assentava sobre a lógica de desenvolvimento e de progresso, que era preciso criar empresas, indústrias, cidades, tudo que na sua concepção representasse avanço e, muitas vezes o meio ambiente não foi visto como um bem que deveria ser preservado.

Entretanto, os movimentos sociais, as pessoas que pertenciam as classes mais abastadas, começaram a lutar em favor da preservação dos nossos recursos naturais, fator que contribuiu para instaurar ao longo do tempo uma mudança de prática com relação aos cuidados para com o meio ambiente. Podemos inferir que essa mudança de prática com relação ao meio ambiente teve início a partir das mobilizações da sociedade civil, entretanto só passou a ser reconhecida com legitimidade a partir da adesão dos nossos governantes.

As mudanças que aconteceram nas ações de nossos governantes com relação à preservação do meio ambiente, teve impactos positivos na desaceleração da devastação dos recursos naturais, porque uma mudança de postura por parte de uma pessoa ou grupo que ocupa um lugar de poder, faz com que o efeito do discurso tenha os resultados esperados, isso porque o poder está intimamente ligado ao saber.

O discurso quando está amparado por uma instituição que o reforça, o legitima, tem o efeito que se espera que o discurso tenha, porque os interessados na dispersão do discurso, muitas vezes é uma pessoa que tem autorização para falar e, dispõe de todo um suporte institucional, amparado por um conjunto de supostas verdades, que podem ser verificadas e aceitas. Pois, todo discurso é controlado e ninguém pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar. (FOUCAULT, 2006)

Durante a Conferência de Estocolmo em 1972, os governantes do Brasil, tinha como prática que sustentava o discurso oficial, a concepção de desenvolvimento/progresso, que era proferido e regido como verdadeiro. Por isso, quando muitos países estavam firmando compromisso para com o meio ambiente, o Brasil estava de fronteiras abertas

para as empresas que não tinham se adequado às exigências de seus países com relação ao uso de equipamentos antipoluentes,.

Entretanto, no decorrer de nossa história vemos outro discurso sendo regido e aceito como verdadeiro, o discurso do desenvolvimento sustentável. Assim, poderíamos questionar: Quando? Por que e, como um discurso ganha status de verdadeiro? O que o faz modificar de modo que acreditamos que seja verdadeiro, a sua proposição?

Sendo assim, o trabalho será desenvolvido da seguinte forma; discutiremos as condições que permitiram a emergência da educação ambiental no Brasil, a partir da contribuição dos movimentos sociais, mostrando os modos como um discurso emerge e, as condições de funcionamento, ou seja, o modo como é disperso como verdadeiro e, na sequência faremos as considerações finais.

A Constituição da Educação Ambiental no Brasil

A educação ambiental brasileira é particularmente interessante, porque foram os movimentos sociais e a sociedade civil que, inicialmente, abriram espaço para as discussões sobre a referida temática, isso porque, até a década de 1970, os governantes não tinham o meio ambiente como um recurso natural que deveria ser preservado.

Essa falta de comprometimento na gestão dos recursos naturais foi percebido durante a Conferência de Estocolmo em 1972, quando os representantes do Brasil, no momento da convocação para firmar compromisso que representasse cuidado com o meio, proferiram o discurso “que venha a poluição, nós queremos é nos desenvolvermos”. Muitos defensores do meio ambiente acreditam que eles foram inconsequentes ao proferirem esse discurso. (VIOLA, 1987)

Mas, quando analisamos o efeito do discurso da Delegação brasileira durante a Conferência de Estocolmo percebemos que foi de extrema importância para a questão ambiental e social, pois os países desenvolvidos queriam apenas tratar de limitação dos recursos naturais, enquanto os países em desenvolvimento, assim como foi expresso pela Delegação brasileira, apontaram a necessidade de não criar barreiras para o desenvolvimento, trazendo para a discussão de modo implícito que a relação homem-natureza não se estabelece em dois polos distintos e que não é possível esta separação.

Assim, houve a necessidade de repensar a relação do homem com a natureza.

Mas, como a Conferência de Estocolmo, que em princípio tinha como objetivo apenas a discussão ambiental, ficou estabelecido para a pauta das Conferências posteriores a necessidade de inserir o social, o ambiental e o econômico, surgindo, *a posteriori*, o

conceito de Desenvolvimento sustentável.

Outra questão que contribuiu para a singularidade da educação ambiental brasileira é que muitos ambientalistas por meio dessa pauta de reivindicação tanto conseguiram a redemocratização quanto estruturaram o movimento a partir do contexto de democracia na política do país. (ALONSO, *et al*, 2001)

Sendo assim, a década de 1970 pode ser indicada como um marco do processo de tomada de consciência ecológica e, alguns acontecimentos, como o resultado do Relatório de Meadows, a crise do petróleo, entre outros, foram cruciais para isso. Esses fatos contribuíram para instaurar uma nova ordem, na qual a crise do meio ambiente ganha espaço e visibilidade.

Nesse contexto, a temática da educação ambiental a partir dos discursos oficiais vem se consolidando de diversas formas e em todas as esferas da sociedade, devido à realização das Conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre as várias Conferências, podemos citar a de Estocolmo de 1972, que abordou a raiz do problema e trouxe os gestores para a discussão sobre a questão ambiental. Nessa conferência também foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que apontou a Educação Ambiental (EA) como política pública e a formação dos professores como meio para alcançar tal objetivo.

Em 1977, a ONU realiza a Conferência de Tbilise, na qual discute um direcionamento para a EA a partir da visão sistêmica, interdisciplinar, contextualizada e a formação docente como meio para viabilizar essa educação, saindo de uma visão fragmentada, em que via apenas a parte e não o todo.

Acreditamos que esses momentos foram significativos para o desenvolvimento da EA, pois a partir daí ganhou espaço e legitimidade. Embora, esses discursos tenham circulado com grande adesão nas diferentes esferas da sociedade, temos visto que a materialização discursiva no Brasil deveria ser consolidada com mais agilidade. Isso porque, depois das discussões durante a Conferência de Tbilise, o Brasil instituiu em 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente, mediante a Lei de nº 6.938, no Art. 2º no qual consta, como um de seus princípios, a exigência da implantação da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a capacitação da comunidade, tendo como requisito que seja uma “participação ativa na defesa do Meio Ambiente” (PEA-BA, 2013, p. 28).

Apesar disso, não houve a concretização de ações nos espaços escolares que atendessem à Lei. Em 1987, o Ministério da Educação (MEC) aprova o Parecer de nº 226, que determina a inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus,

de acordo com a realidade local e promova a integração entre escola e comunidade, como estratégia de aprendizagem. (PEA-BA, 2013, p. 28)

Até então, foram poucas as conquistas em relação à efetivação da Lei, assim, para buscar estratégias para promover a educação ambiental, no ano de 1987,

... a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), promove em Moscou na Rússia um Congresso Internacional sobre a Educação e Formação Relativas ao Meio ambiente. Neste evento foi elaborado um documento final “Estratégia Internacional de Ação em Matéria de Educação e Formação Ambiental para o Decênio de 90”, que ressalta a necessidade de fortalecer as orientações de Tbilise, quanto a priorização de investimentos para a formação de pessoas em áreas formais e não formais da educação ambiental. (PEA-BA, 2013, p. 28/29)

Assim, após as discussões ocorridas no Congresso em Moscou, a educação ambiental passa a ser uma área de prioridade de investimentos para formação de pessoas em espaços escolares ou não. A partir de então, em 1988, no Capítulo VI, artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, foi estabelecido que o poder público deveria “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (PEA-BA, 2013, p. 29).

Diante das citações dos artigos e do parecer acima, vimos que desde 1981, a educação ambiental é para ser trabalhada nas escolas, assim como a inclusão das comunidades locais. Desde a Conferência de Tbilise foi debatido a necessidade da formação docente como agente mobilizador na formação ambiental, mas só foi inserida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1999, se constituindo como Política Nacional de Educação Ambiental.

Ainda em 1999, é sancionada a Lei 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Outro fator relevante acontece neste mesmo ano, que é a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental. A partir de então, o Brasil já tem as bases para a efetivação da educação ambiental, que deve ser trabalhada de forma transversal, assim como apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

No ano de 2002, o Decreto Federal de nº 4.281 regulamenta a Lei 9.795, dando condições para a implementação de uma Política Nacional de Educação Ambiental.

A Contribuição dos Movimentos sociais para a História Ambiental no Brasil

A história ambiental brasileira é marcada por conflitos e se constituiu de forma predatória e selvagem, desde o seu início, quando os Portugueses chegaram devastando grandes áreas de mata nativa. Depois de muito tempo, mesmo conhecendo os impactos

negativos que podem causar ao meio ambiente, essa prática ainda está presente em muitos lugares do país.

O Brasil possui grandes riquezas naturais, tem a maior floresta do mundo, concentra grande parte das bacias hidrográficas, mas os nossos governantes não souberam administrar esses recursos. Diante dos registros que foram feitos de nossa história, temos a convicção de que a política brasileira teve grande influência no processo de desenvolvimento predatório de nossos recursos.

Podemos citar, por exemplo, quando o ex-presidente Juscelino Kubitschek³, motivado pelo desejo de progresso e desenvolvimento que tinha como meta avançar “50 anos em 5”, abriu as fronteiras do Brasil para indústrias internacionais com benefícios de não se adequarem às exigências que tinham os outros países em relação à instalação de equipamentos antipoluentes. Esse discurso paradoxalmente contribuiu para o progresso e para a destruição de muitas áreas que deveriam ser preservadas ou conservadas, como, por exemplo, a construção das linhas Transamazônicas.

Essa ideologia de progresso e desenvolvimento continuou nas administrações posteriores, mas foi durante o regime militar sob o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974) que muitos desdobramentos significativos emergiram em prol dos movimentos ambientalistas.

Muitos ativistas brasileiros não concordavam com o modelo de administração dos militaristas nem como geriam os recursos naturais do país, além do mais, os cidadãos estavam sensibilizados com os problemas ambientais, em escala planetária. O mundo vivia na década de 1970 um processo de tomada de consciência ecológica e a crise do meio ambiente é o principal foco das abordagens, vale ressaltar, que essa discussão, de início, alcançou apenas, uma pequena parcela da população: a mais abastada e os intelectuais, a classe popular estava preocupada em lutar a favor de seus direitos emergenciais.

Diante das reivindicações proclamadas pelos grupos sociais, percebemos que a luta a qual se busca não podem ser traduzidas em direitos típicos de cidadania e sim em sua afirmação, ou seja, a sua identidade, a sua subjetividade. Assim, cada grupo tem os seus motivos e ideais pelos quais buscam reconhecimento.

O movimento social ecológico também surgiu como uma mobilização, no mesmo período dos demais, início da década de 1980, auge de intensas reivindicações, momento em que houve uma eclosão de lutas sociais, algumas com interesses específicos, como os raciais, as mulheres, os jovens e outros com interesse coletivo como movimento ecológico.

³ 31 de janeiro de 1956 a 1960

A constituição do processo dos movimentos sociais ecológicos no Brasil como movimento em defesa do meio ambiente se confunde com o processo político pela Redemocratização, pois a sociedade civil de forma estratégica estruturou o movimento a partir do contexto de democracia na política. Isso porque, já na segunda metade da década de 1970, alguns políticos insatisfeitos com o regime autoritário começam a interagir com pequenos movimentos sociais, além do mais, as formas de repressão passaram a ser mais brandas. Em 1978, liberam a expressão política. Outro ponto interessante acontece em 1979, quando a Anistia e o bipartidarismo propiciam a diversidade de lideranças políticas. (ALONSO, *et al*, 2001)

No Brasil, predominaram duas frentes de ativistas ecológicos: a socioambientalista, que via no modelo de desenvolvimento capitalista e no estilo de vida moderno as causas dos problemas ambientais; e os conservacionistas, que tinham como objetivo a preservação total da natureza, na qual o objetivo era afastar o homem do meio ambiente, pois ele representava destruição. E assim, tendo esse pensamento como meta, essas duas frentes converteram muitos cidadãos civis em grupos ativistas ambientalistas e três estados, o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que iniciaram-se nos movimentos e se destacaram ao longo do tempo.

No Rio de Janeiro, em 1958, surge a Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN). Alguns estudiosos dizem que esse grupo faz parte da pré-história dos movimentos, para eles a relação entre o homem e a natureza deveria ser dissociada, porque a natureza deve ser preservada de qualquer ação do homem. Outro grupo que se destacou no Rio de Janeiro foi OIKOS (1982), dissidência do APPN, o Coletivo Verde (1985) que mais tarde se tornaria o Partido Verde. (VIOLA, 1987)

No estado de São Paulo foi criado o APPN, em 1976, o MAPE, que surgiu em 1973, tinha como principal objetivo trazer a discussão sobre a degradação ambiental, associada ao modo de vida causada pela expansão da sociedade do consumo, ambas eram socioambientalistas, e o outro grupo de grande atuação foi a Seiva de Ecologia (1980).

No entanto, um estado que teve grande representatividade foi o de Porto Alegre com a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em 1971, que criticava o uso dos agrotóxicos em plantações e a destruição da fauna e da flora. Um dos grandes feitos desse grupo, sob a liderança de José de Lutzenberger, foi a publicação de seus livros na década de 1980, em um deles, ele consegue escrever a crítica mais bem elaborada do acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o impacto foi tão positivo na opinião pública da sociedade gaúcha, que a Assembleia Constituinte aprovou uma emenda à

Constituição do Estado proibindo a construção da usina nuclear. (VIOLA, 1987)

Assim, diante dessas duas concepções que direcionavam as ações desses grupos, a estratégia dos socioambientalistas conseguiu articular os interesses dos grupos com o processo da redemocratização do país;

O frame socioambientalista, ao atribuir as causas dos problemas ambientais ao “modelo brasileiro de desenvolvimento” implementado pelo regime autoritário, conectou imediatamente as mobilizações ambientalistas com a campanha pela redemocratização. Esse foi o caso da Campanha em Defesa da Amazônia, no final de 1978, em oposição aos planos do governo federal de realizar contratos de exploração da Floresta Amazônica, com empresas internacionais. Liderada pela APPN, e vinculada também a Agapan e o Mape, a campanha ganhou apoio do MDB e se transformou em Movimento em Defesa do Amazônia, abrangendo 18 estados e o distrito federal. (ALONSO *et al*, 2007, p. 158/159)

Nessa campanha, os ativistas conseguiram colocar 1,5 mil pessoas na rua em defesa da Amazônia, com isso foi gerada uma Carta aberta a Nação Brasileira. Diante dessas conquistas, percebemos uma mudança de percepção das pessoas em relação à questão ambiental e elas mostraram sua força quando também protestaram contra a Utilização de Energia Nuclear. (ALONSO, *et al*, 2007)

É inegável a contribuição e os feitos dos grupos de ativistas ambientais, cada grupo atuou de sua forma, tendo em vista a divergência de concepções que norteavam as suas atuações. E, de forma estratégica, aproveitaram o contexto da Redemocratização do país e deram visibilidades aos movimentos. Com relação à representação na arena política, eles conseguiram a articulação e a criação do Partido Verde. Em 1986, conseguiram lançar a candidatura do principal ativista da OIKUS e defensor da lista verde, Fábio Feldman, que, das 83 emendas, conseguiu aprovar três, duas dessas tratavam de reservas indígenas e a terceira proibia o uso pacífico de energia nuclear.

Outro grande feito sob a liderança de Fábio Feldman foi a criação da Frente Nacional de Ação Ecológica, além do mais, ele contava com a participação da sociedade civil por meio de iniciativas populares, os abaixo assinados se mostram tão eficientes quanto a representação partidária na arena. Essa constituinte funcionou de 1987-1988.

Com a vitória de Fernando Collor de Melo em 1989, para a presidência do país, os ativistas ambientais sofreram um impacto, porque o presidente fechou as Agências estatais aos envolvidos com as mobilizações ambientalistas dos anos 80, que estavam alinhados com a esquerda. Assim, muitos grupos desaparecem e/ou se profissionalizam, ou seja, se desencantam com o espaço político.

Mas no período de organização da Conferência do Rio-92, os movimentos ambientalistas se veem diante de uma situação complicada, pois as suas concepções de grupos não se adequam com a agenda da Conferência.

Durante os preparativos para a Rio-92, as coalizões formadas na Constituinte tentaram uma nova articulação nacional dos movimentos. A Frente Nacional de Ação Ecológica, liderada pela a SOS, Mata Atlântica, rearticulou grupos conservacionistas, enquanto o PV formou o Movimento Pró- Rio-92, de feições socioambientais, incluindo membros do PT, grupos comunitários locais, movimentos sociais populares e, mesmo, setores do empresariado. (ALONSO, *et al*, 2007, p.164)

E esse momento foi delicado, pois não bastava juntar os conservacionistas e os socioambientalistas, os grupos tiveram que rever seus conceitos e adaptá-los para uma nova maneira de definir a questão ambiental: Desenvolvimento Sustentável.

De uma parte, o frame socioambientalistas foi matizado movendo em direção ao conservacionismo. De fato, a noção de desenvolvimento sustentável compatibilizou a defesa simultânea de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico, visando, a redistribuição dos recursos naturais.

De outra parte, o frame conservacionista foi redefinido com a substituição da noção de ecossistema pela de biodiversidade. Por meio dela, a proteção do habitat foi dilatada para incluir grupos sociais com interação com áreas florestais, desde que, com estilos de vida de “baixo impacto ambiental”. (ALONSO, *et al*, 2007, p. 164-165)

Essas novas orientações para atender a proposta da Conferência “Rio 92” não significou a predominância dos ativistas que faziam parte dos socioambientalistas, pelo contrário essa conferência foi bastante significativa para aquele contexto, pois muitos ambientalistas tinham perdido seu engajamento, no entanto, para atender a agenda da ONU, os grupos se reorganizaram, convergiram forças e interesses para um só objetivo.

E assim, para atender essas propostas, os grupos tiveram que mudar o estilo de vida e as questões políticas foram abandonadas. Os ativistas ambientalistas se constituíram como movimentos ambientais, passando a ter uma estrutura descentralizada e institucionalizada. Surgindo, assim, diante das novas concepções de mobilizações o neoconservacionismo, que se materializou na agenda 21, documento resultante da Rio 92.

A consolidação da Educação Ambiental no Brasil está entrelaçada com os movimentos ambientalistas, pois eles, de forma estratégica, discutiram sobre a questão ambiental, embora o pano de fundo fosse o descontentamento político. Dessa forma, diante dos relatos acima, podemos compreender que a discussão sobre a educação ambiental surge a partir da mobilização da sociedade civil.

Isso porque nossos governantes não tinham a devida preocupação com a gestão dos

recursos naturais, muito pelo contrário, viam o meio ambiente como meio para obtenção de lucros e parceria com outros países. É possível visualizarmos essa prática de exploração instituída no Brasil e que foi difundida por meio do discurso de alguns de nossos ex-governantes pela frase de efeito que ficou conhecida e marcou uma época, cujo objetivo era “avançar 50 anos em 5”.

Por meio da atuação de nossos governantes podemos inferir que há uma mudança de concepção, pois ao longo da nossa história da educação ambiental temos visto se constituir outra prática discursiva com relação à gestão de nossos recursos naturais. Antes o discurso oficial desenvolvimentista excluía qualquer possibilidade de proteção ambiental, fosse por meio da frente conservacionista ou socioambientalista, não tinham condições para essa discussão, porque o objetivo era simplesmente desenvolver.

Mas, por meio de uma compreensão reivindicada pelos movimentos sociais, pautada no desenvolvimento sustentável, as duas frentes de luta, sejam os conservacionistas ou os socioambientalistas, consolidaram uma prática política de atuação no âmbito da sociedade civil, possibilitada pela abertura do país à redemocratização que passou a ser reconhecida e legitimada em todas as esferas. Os feitos dos movimentos sociais ecológicos conseguiram que, em sua prática discursiva, os cuidados e a preservação para com o meio passassem a fazer parte dos discursos dos governantes brasileiros.

Podemos então, observar uma mudança paradigmática, no valor do discurso ambiental, pois passamos de um discurso desenvolvimentista, impulsionado pela noção de progresso, para a adesão de um discurso que emergiu a partir dos movimentos sociais e que agora passa a ser o discurso oficial.

As Condições que permitiram a emergência do PEA-BA no Estado da Bahia

Em 2013, O Estado da Bahia apresentou como documento oficial seu Programa de Educação Ambiental que se apresenta com uma proposta assentada numa forma de gestão participativa com o objetivo de descentralizar o poder das instâncias governamentais. Nessa proposta, as relações de poder são horizontalizadas. Outro fator interessante é que esse Programa foi construído de forma conjunta por meio da participação da sociedade civil e do poder público.

Diante desse Programa que apresenta uma proposta de educação ambiental que tem como finalidade educar numa perspectiva emancipatória, surgiram algumas inquietações, pois quais são as condições que permitiram a construção desse documento de forma paritária entre a sociedade civil e o Estado; outro questionamento se refere em

compreender qual é o objetivo do Estado em propor a descentralização do poder, no caso do Estado brasileiro que a forma de governo assentado em democracia é recente, uma vez que até bem pouco tempo era um país governado sob uma ditadura.

Neste contexto de crise da modernidade, o mercado sob controle do capitalismo, com um Estado que não consegue prover as condições necessárias para toda comunidade como: educação, saúde, moradia, transporte, segurança, entre outras questões. Assim emergem os movimentos sociais reivindicando os direitos pós-materialista. As reivindicações dos movimentos sociais apontam para uma nova perspectiva que dá visibilidade aos grupos que eram vistos às margens do desenvolvimento, por exemplo, os negros, a mulher, os homossexuais, os ambientalistas, entre outros.

Assim, como forma de inserir os sujeitos representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil é que vivenciamos a proposta de descentralização de poder e inserção do cidadão civil nas esferas políticas, mediante as quais, o Estado agora lança mão desta reivindicação social como um discurso de efetivação do Estado, ou seja, vamos tentar mostrar que o discurso a favor da descentralização do poder que emerge do seio dos movimentos sociais passa a ser o discurso de efetivação e materialização do próprio Estado, e a política pública que estamos analisando se mostra com um novo olhar em resposta disso.

Levando em conta esses questionamentos, fez-se necessário mostrar um pequeno recorte do pano de fundo de nossa história de acordo com a revisão bibliográfica, principalmente, na obra de Santos(1999), para compreendermos quais as condições que permitiram a emergência dos discursos ambientalista que são discutidos no PEA-BA.

A transição da modernidade para pós-modernidade não aconteceu de modo fácil. Como o homem conseguiu ter êxito em vários empreendimentos no século XVIII, acreditou que os séculos seguintes fossem promissores.

Investido do conhecimento proporcionado pelo século das descobertas, os pensadores influenciados pelo Iluminismo elaboraram um projeto para a modernidade, rico e capaz de infinitas possibilidades, entretanto, diante de sua complexidade podemos ver os principais motivos que contribuíram para o fracasso do projeto, pois ele foi articulado sob dois pilares: o da regulação e o da emancipação. Esses pilares são subdivididos em três princípios e lógicas que se fazem complementares, vejamos as bases do projeto para modernidade: O pilar da Regulação com os princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade, enquanto que o pilar da Emancipação era composto de três lógicas, a Racionalidade Moral-prática da ética e do direito, a Racionalidade Cognitivo-instrumental

da ciência e da técnica e a Racionalidade Estético expressiva da arte e literatura. (SANTOS, 1999)

Assim, pudemos ver o quão rico é esse projeto, em termos de construção. Esperava-se que houvesse um equilíbrio entre os dois pilares, uma vez que eles têm correspondências específicas.

Concomitantemente à constituição do projeto sociocultural da modernidade emerge o capitalismo como modo de produção nos países da Europa e, em várias partes do mundo (SANTOS, 1999), fator que contribuiu para a falha do projeto, porque o Estado não consegue conter o avanço desenfreado do mercado, além do mais, o capitalismo passa a dominar as esferas do mercado e da economia, no mesmo contexto em que o Estado perde o seu caráter de *Estado providência*. A partir de então, a comunidade passa a não se sentir representada pelo Estado, devido a sua ineficiência.

Durante esse período da modernidade, o capitalismo passou por três períodos, a cada etapa se consolidava mais e mais enfraquecido se tornava o projeto para a modernidade. No primeiro período do capitalismo, o pilar da regulação composto pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade funcionou de modo independente. No pilar da emancipação a situação é bem mais complexa, pois assim como no pilar da regulação, o pilar da emancipação também segue uma lógica autônoma.

O projeto sociocultural da modernidade nesse segundo momento do capitalismo por ter se concentrado no que era possível de ser feito excede as expectativas, porque tudo que foi cumprido foi em excesso.

O terceiro período do capitalismo inicia em 1960, quando o capitalismo, para Santos (1999), é visto como desorganizado, mas o interessante é compreender que o projeto sociocultural da modernidade ainda vive a contradição entre regulação-emancipação. As transformações que ocorreram nos períodos anteriores ganham mais corpo e visibilidade nos dois pilares.

O princípio do mercado toma forma sem precedentes, pois diminui gradativamente o princípio do Estado e da comunidade. Se antes o desenvolvimento proporcionou o crescimento de grandes indústrias e cidades comerciais, agora o avanço é em nível de mundo, com grandes empresas multinacionais, em que a regulação nacional não alcança. O desenvolvimento das empresas com o advento da tecnologia passa a ser presente nas pequenas localidades diminuindo as barreiras geográficas.

Os ganhos da comunidade obtidos por meio dos sindicatos são minimizados nesse período, o que antes era visto como uma comunidade passa a ser compreendido como

sociedade, dividida em frações e se diferenciando cada vez mais por estrato de classes, dessa forma perdem poder de negociação frente às empresas.

As práticas de classe deixam de ser políticas de classe, ganhos concedidos no período do capitalismo liberal em que o Estado/Providência era atuante. Surgem novos movimentos sociais com objetivos de lutas a favor de reivindicações pós-materialista por exemplo: a ecologia, o antinuclear, o pacifismo.

Santos ainda destaca outras diferenciações produzidas pelo capitalismo. “A descoberta feita nos dois períodos anteriores que o capitalismo produz classes e agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também os movimentos racistas e anti-racista)”. (SANTOS, 1999, p. 88)

A ineficácia do princípio do Estado frente aos demais princípios da comunidade e do mercado fez emergir consequências desastrosas para a sociedade, isso porque o Estado, a partir de então, com o intuito de compensar promessas firmadas anteriormente, paradoxalmente, passa a agir com autoritarismo e busca a efetivação de políticas públicas do Estado.

Os desequilíbrios no pilar da regulação apontaram para uma desregulação tanto política, econômica quanto social na vida das pessoas e, numa situação como esta em que o Estado parece ser incapaz de manter um mínimo de equilíbrio e, assim, os pressupostos de lealdade deixam de existir e os novos movimentos sociais surgem com grande representatividade.

As sociedades nesse contexto vivenciaram, paradoxalmente, tanto o excesso quanto o déficit do projeto sociocultural da modernidade, podemos citar como exemplo a contenção do movimento estudantil de 1968, o qual ressalta a fragilidade dos movimentos sociais no capitalismo, e Santos, conclui:

A contenção do movimento estudantil simboliza um princípio de um processo de esgotamento histórico dos princípios da emancipação moderna o qual vem a culminar, no fim da década de oitenta, com a crise global da ideia de revolução social e com a total preponderância da filosofia e da prática política neoliberais. (SANTOS, 1999, p.90)

Assim, percebemos que as sociedades parecem condenadas a viver do excesso. No pilar da emancipação, também vemos uma divergência de interesses no irracionalismo da racionalidade instrumental da modernidade, porque alinhada ao desenvolvimento imensurável do capitalismo, o conhecimento da ciência e da tecnologia que deveria ser

usado para fazer o bem, temos visto que contribui para nos colocar a beira dos perigos de proliferação nuclear e das catástrofes ecológicas. (SANTOS, 1999)

A humanidade se vê diante de problemas que a afeta e, no entanto, parece não ser responsável, pois vive-se tendo como filosofia de vida uma ética individualista, ou seja, microética que ninguém se sente culpado pelas grandes catástrofes ecológicas, além do mais, como conseguir responsabilizar alguém se os grandes culpados alimentam-se da regulamentação jurídica. (SANTOS, 1999)

Apesar de o Estado ter mostrado uma preocupação com relação a sua imagem e a coesão social, ele não tem sido bem visto nas sociedades, pois os meios de regulação que tem priorizado para se fazer presente, que caracteriza uma democracia vigiada, pode ser comparado com os mesmos meios que Maquiavel formulou, cuja preocupação foi em conservar o *status* no governo e proteger o território.

PEA-BA como possibilidade de funcionamento e/ou dispersão da Educação Ambiental no Campo Educacional

Mesmo os discursos emergindo a partir de suas positivities, eles só podem ser ditos se passarem pelos jogos que os controlam e os selecionam, por isso ninguém pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar, é preciso que haja uma autorização, como bem mostra Foucault: Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber (2013, p. 27/28), dessa forma, mesmo os sujeitos sabendo que deveriam preservar o meio ambiente não era suficiente para desacelerar os impactos, era preciso ter autoridade para falar, um direito que nem sempre foi permitido no Brasil. As discussões sobre meio ambiente passaram a ser difundidas com autorização a partir da redemocratização, sendo disseminada com mais legitimidade no final da década de 1990, quando foi promulgada a Lei nº 9 795/99.

Assim, ao longo da construção da política democrática no Brasil, os indivíduos conquistaram o direito de expressão e participação.

No Estado da Bahia tem um Programa que serve de parâmetros para o desenvolvimento da educação ambiental que é uma das formações discursivas nomeada pela Ciências Ambientais.

As Ciências Ambientais é o campo interdisciplinar que se apropriou de várias ciências como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a história, entre outras, para dizer o que é educar para o meio ambiente. Essas ciências anunciam concepções diferentes, que

demonstram a dimensão que há entre educação e educação ambiental, e apresenta vários discursos que tem como objetivo educar para o meio ambiente, conscientizando o homem de sua relação indissociável com a natureza e orientando-o para uma relação mais harmoniosa.

Assim, temos visto se constituir vários discursos que marcam essa relação entre as Ciências Ambientais e a Educação, como exemplo, a ecopedagogia, a ecoformação, a educação para sustentabilidade, a alfabetização ecológica, ou seja, são modos de dizer e fazer para educar numa perspectiva ambiental. Entretanto, todas essas nomenclaturas são dispersas no campo educacional e com o mesmo objetivo, mas, agora, acrescenta-se uma particularidade à educação formal: a “Educação ambiental”.

A educação ambiental da forma como está sendo difundida no PEA-BA não está contribuindo em nada na formação dos sujeitos, uma vez que é mais uma pauta de discussão somada às outras. Além do mais, a educação ambiental está sendo disseminada por meio de um arranjo discursivo que foi possibilitado com base nas suas condições de emergência que pôde ser acolhido nesse contexto, no entanto permanece no mesmo dualismo homem-natureza, corpo-mente, teoria-prática, educação-educação ambiental.

Assim, neste sentido, a educação ambiental não introduz uma reflexão que aponte um sentido de como se deve educar tomando como base as demandas do meio ambiente, antes disso, o que se percebe neste momento é a inclusão, ou antes, a apropriação da temática e das preocupações com o meio ambiente em reivindicações já consolidadas no discurso educacional, ou seja, um tipo de confluência entre as reivindicações ambientalista, políticas e sociais no domínio da educação que inclui a pauta ambientalista ao lado das reivindicações históricas e políticas presentes nos movimentos sociais no domínio da educação. (AMORIN; CESTARI, 2013, p. 10).

É oportuno ressaltar que essa falta de trato com a educação ambiental é resultado do modo que nossos governantes a recepcionaram, isso porque, a emergência desse discurso se deu a partir de 1972, contexto de ditadura militar no Brasil, em que vigorava a opressão da sociedade civil, dos movimentos sociais e, também, a repressão dos profissionais que tentaram impor um tipo de educação que primasse o humanismo, como exemplo, Paulo Freire, que foi exilado ao tentar propor uma educação popular de base emancipatória.

Dessa forma, a educação ambiental se constituiu às margens de outras reivindicações já consolidadas no campo educacional, sem nenhuma base de aprofundamento, sendo refém dos discursos reducionistas que ingenuamente buscavam educar por meio da contemplação da natureza. Nesse sentido, a educação ambiental está pautada numa mudança de comportamento que passa a ver o meio ambiente como lugar de preservação.

No entanto, como somos seres sociais, culturais e políticos, o processo educativo passa a ter uma dimensão complexa, que deve considerar a dialética em todas as particularidades da teia de relações que nos cercam. A educação ambiental que está sendo constituída no Programa de educação ambiental do Estado da Bahia por meio do anúncio de um discurso inovador sobre a inserção do cidadão na gestão de seu espaço, que, na prática, não é efetivada, apresenta uma proposta de Educação Ambiental para uma perspectiva emancipatória ou transformadora que vai se perfilando no Programa por meio de seus eixos estruturantes.

É através da comunicação, avaliação, transversalização nos 27 territórios de identidade que a meta formativa de valor político do Programa vai construindo sua proposta de educação ambiental. Por mais que apresente um discurso inovador, por mais que tenha sido construído com a “participação da sociedade civil”, para legitimar o que já estava pronto, o PEA-BA não atende a sua especificidade que é educar numa perspectiva ambiental, mas se a sociedade civil se apropriar do discurso que está no PEA-BA, representa uma importante ferramenta de combate às formas de dominação nas relações de poder, uma vez que defende um discurso de descentralização ou horizontalização dessas relações de poder, que foram constituídas ao longo de nossa história.

Então, vemos um paradoxo, pois o Programa, que é de educação ambiental, não aborda o que significa educar ou como educar, apenas se concentra na sua meta de formação política, a qual tem como primícias inserir o sujeito na esfera política de seu território de identidade para fazer parte do processo de tomadas de decisões e restringe o ato de educação numa perspectiva ambiental a participação social.

[...] o ato de educar que circunscreve tal intenção se traduz pelo alcance da socialização desta mesma percepção junto a outros sujeitos, e educar para o meio ambiente significa dispor o outro para agir de tal modo. Por tanto, nesse caso, educar deixa de ser um processo em si pelo o qual o indivíduo perfila sua subjetividade para agir de tal modo que a forma por ele decidida reflita nas diversas ações que se propunha diante da realidade para se tornar a ação necessária a consolidação de uma meta ambiental, e por isso, a educação orienta o caminho para a finalidade ambiental ou para a substância que se quer do sujeito ao educá-lo passando da preocupação com a educação do sujeito em suas múltiplas dimensões para visualizá-lo a partir de uma das dimensões: a ambiental. (AMORIM, CESTARI, 2013, p.6).

E assim, o significado da educação ambiental no PEA-BA dentro dos discursos ambientais não acrescentou nada ao campo educacional. Por mais que o PEA-BA tenha escolhido o valor político para disseminar a educação ambiental, ele não consegue prover a

democracia participativa aos envolvidos. Assim, ao enfatizar o discurso da gestão participativa sem democratizar o acesso, acaba se transformando num discurso vazio.

Considerações finais

A educação ambiental brasileira por ter sido constituída por meio dos movimentos sociais, às margens de outras reivindicações, ainda é uma pauta de discussão pouco consolidada, pois em 1999, que é sancionada a Lei 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entretanto é no ano de 2002, que o Decreto Federal de nº 4.281 regulamenta a Lei 9.795, dando condições para a implementação de uma Política Nacional de Educação Ambiental.

Podemos então, observar uma mudança paradigmática, no valor do discurso ambiental, pois passamos de um discurso desenvolvimentista, impulsionado pela noção de progresso, para a adesão de um discurso que emergiu a partir dos movimentos sociais e que agora passa a ser o discurso oficial.

Dessa forma, podemos inferir que as condições que permitiram a emergência da educação ambiental no Brasil aconteceram por meio das reivindicações dos movimentos sociais e, que, com o passar do tempo, após a adesão dos nossos governantes, podemos visualizar diversas formas de materialização e condições de funcionamento do discurso oficial da educação ambiental, por meio de Decretos, Leis e Programas.

Diante dos relatos explicitados acima, vemos que a participação desses movimentos fazem parte da história ambiental do Brasil, visto que, as realizações em muitos momentos foram até heroicas. Tomando como base a leitura que Santos (1999), faz da transição da modernidade para pós-modernidade, compreendemos que os movimentos ambientais surgem a partir do contexto de repressão (ditadura militar no Brasil) por meio do princípio de regulação do Estado e, em contrapartida a sociedade civil reivindica a emancipação, surgindo um desequilíbrio em ambas partes.

Assim, levando em consideração tudo que foi abordado podemos compreender a importância não só das Conferências, mas também, das atuações dos movimentos ambientais no processo de conscientização para o cuidado com o meio.

Os envolvidos nas mobilizações conseguiram de maneira estratégica tanto a mobilização ambiental, quanto o processo pela Redemocratização. Esses movimentos ambientais conseguiram grandes feitos pelo nosso país, conseguiu despertar a tomada de

consciência para com o meio, uns com a visão romântica de preservação total outros apontam o crescimento desenfreado, o consumo exagerado como fator de destruição ambiental, mas de um ângulo ou de outro ambas as frentes demonstram cuidado para com os nossos recursos naturais.

Referências Bibliográficas

ALONSO, *et al.* **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.** Angela Alonso, Valeriano Costa e Debora Maciel. In Revista Novos Estudos – CEBBRAP 79, novembro 2007, pp. 151-167.

AMORIM, C, D; CESTARI, L, A, S. **Discursos ambientalistas no campo educacional** in Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. V. 30, n 1, p. 4-22, jan./jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** / organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 27.ed. – São Paulo; Graal, 2013.

_____. **A ordem do discurso** / aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 14ª edição: novembro de 2006. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

PEA-BA. **Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia:** PEABA / Secretaria de Meio Ambiente. - Salvador: EGBA, 2013.

MAGALHÃES, Rubênia Pereira; CESTARI, Luis Artur dos Santos. **As condições que permitiram a emergência dos discursos ambientalistas no Brasil.** Parte integrante da dissertação de mestrado defendida em 27/02/2015 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA)/ UESB e financiada pela Capes.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade** / Boaventura de Souza Santos. – 5. Ed - São Paulo: Cortez, 1999.

VIOLA, J, Eduardo. **Movimento ecológico no Brasil (1974-1987): Do ambientalismo à ecopolítica,** 1987. Disponível em <http://www.googleacademico.com>, acessado em 25/08/2013 às 10:00.

*Recebido em: 27-04-2015.
Publicado em: 09-12-2015.*